

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.330 - RS (2019/0071772-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : JOSEMAR FRANCISCO CARAMORI - RS038854  
ANDRÉ PERUZZOLO - SC015707  
**AGRAVADO** : LUCIANE LIMA LEITE  
**ADVOGADOS** : LUIZ CARLOS DOS SANTOS - RS027616  
JULIANO NEDEL DOS SANTOS - RS054934  
**INTERES.** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO  
**ADVOGADOS** : GILBERTO SOARES DA CUNHA - RS010700  
BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948  
**INTERES.** : CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL  
**ADVOGADO** : JORGE ANDRÉ RITZMANN DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC011985

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A EM RECUPERACAO JUDICIAL, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Josemar Francisco Caramori.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não

regularizou, tendo em vista que o substabelecimento juntado à petição de fls. 746/748, não foi suficiente para completar a cadeia de representação outorgando poderes ao subscritor dos recursos. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente